



**Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de
Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.
Dia 05 de Outubro de 2021, das 14h às 17h.**

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*.

Conselheiros presentes:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Marcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
2	Claudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
3	Nilson da Silva Rosa nsrosa@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
4	Décio Perroni Ribeiro Filho dpfilho@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
5	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
6	Cecília Motta cecimotta@uol.com.br	Associação de Apoio ao Projeto Quixote
7	Michel Willian de Castro Marques michel.c.marques12@gmail.com	Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas (PBPD)
8	Felipe Aureliano Martins felipemartins_fsp@usp.br	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD)
9	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP)
10	Carolina Jessica da Silva Salado csalado@crefito3.org.br	Conselho Regional de Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
11	Regiane Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)
12	Cristiano Ávila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
13	Andrea Domânico andreadomanico@gmail.com	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – Representante da sociedade civil
14	Vera Lucia Bagnollesi vbagnollesi@sp.gov.br	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público

Ausências Justificadas:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Fernando de Oliveira Pereira fpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)
2	Rodrigo Ramos Pinto Medeiros rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET)
3	Elizete Aparecida Rossoni Miranda elizete@patriciabezerra.com.br	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

4	Maria Angélica Comis angelica@edelei.org	Centro de Convivência é de Lei
5	Lindilene Toshie Shimabukuro lindilene@gmail.com	Instituto Sedes Sapientiae

Ausências Sem Justificativa:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Maria Isabel Meunier Ferraz isabelmeunier@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
2	Gabrielle Dias gabrielledias@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria do Governo Municipal (SGM)
3	Paulo Ferreira da Silva paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher
4	Vera Lúcia Rodrigues das Neves Hansen vera.hansen@crfsp.org.br	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF/SP)
5	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)
6	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
7	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)

Demais presentes:

- Bruna Iglesias Martins de Oliveira (SMDHC)
- Fernanda Ribeiro Alves Bezerra (SMDHC)
- Gustavo Duque (Coletivo Intercambiantes Brasil - SP)
- Jorge Artur Canfield Floriani (ABRAMD)
- Julio Fondora (Acolhe USP)
- Laura Sahn Shdaior
- Nicolas François Cohen (SMDHC)
- Patrick Rodrigues Andrade (SGM)

Pautas:

- Debate sobre violência e política na Cracolândia com a Laura Sahn Shdaior;
- Avaliação e comentários sobre o evento de lançamento do relatório da 7ª COMPAD;

Discussão:

Décio começou a reunião dizendo que o tempo dos informes, que geralmente ocorre no início das reuniões, seria adiado pela presença da convidada Laura Shdaior. Assim, ele introduziu que a presença dela fazia parte de uma série de discussões sobre as faces da violência na Cracolândia da Luz, sendo um jeito de abordar o fenômeno das violências na política sobre drogas de maneira mais aprofundada. **Jorge Artur** introduziu a forma como Laura, em sua pesquisa, trouxe os conceitos banalidade do mal, de Hannah Arendt, e a perseguição explícita aos movimentos sociais no território da Cracolândia da Luz. **Michel** afirmou que era importante falar das violências feitas pelo Estado, lembrando tanto das violências aplicadas individualmente, como o ocorrido na semana anterior com uma das trabalhadoras do Coletivo Tem Sentimento que foi violentada por policiais; quanto as violências coletivas, como as retirada de equipamentos de saúde sem consulta ou participação dos usuários desses serviços no processo de fechamento. Assim,

ele disse acreditar que a discussão sobre violência na Cracolândia deve ter como guia a violência estatal e que a discussão deveria girar em torno do que o Estado pode oferecer na política de drogas além da política de violência. Com isso, **Décio** apresentou a convidada: Laura é psicóloga formada pela PUC-SP, com especialização em Psicopatologia e Saúde Pública pela USP e Mestrado em Psicologia Clínica pela USP, com vivências no território da Cracolândia da Luz por experiências de trabalho e pesquisa. Antes da apresentação de Laura, **Jorge Artur** introduziu alguns aspectos históricos e conceituais da autora Hannah Arendt, uma das bases da pesquisa de Laura. Ele contou que, na obra de Arendt, ela discute a questão dos direitos, da cidadania e da construção humanitária. Ele narrou brevemente o que a autora escreveu sobre o julgamento de Adolf Eichmann em Israel, discutindo o quanto a sociedade alemã participou do holocausto e do burocratismo de suas ações. Assim, ele deu a palavra à convidada.

Laura agradeceu o convite para a participação na reunião e começou sua apresentação. Ela comentou que no processo discutir a justiça e a responsabilização após o Holocausto, algumas das pessoas do alto escalão do exército alemão ainda estavam vivas, entre elas Adolf Eichmann, que era responsável pela deportação dos judeus aos campos de concentração. Ele foi encontrado em Buenos Aires e levado para Jerusalém, aonde foi julgado por crimes contra a humanidade, que o levou à forca. Como foi logo após a Segunda Guerra, muitos repórteres foram acompanhar esse julgamento, entre elas a Hannah Arendt. Ela formalizou o conceito da banalidade do mal após acompanhar esse processo, muito por conta de seus estudos sobre totalitarismo e ética. Ao contrário do que a maioria das pessoas estava esperando, não se encontrou na figura dele um aspecto “mal”, com ódio aos judeus, mas apenas um funcionário burocrata que cumpria as regras a eles passadas, incapaz de discernir entre o certo e o errado. Ele havia cumprido ordens por obediência. A partir disso, Hannah Arendt demonstrou como era perigoso que pessoas comuns, sem vontades de cometer violências, pudessem cometer crimes monstruosos simplesmente por obedecer às regras. Laura falou como a banalidade do mal pode muitas vezes ser usado para pensar a burocracia. Ela discerniu a banalidade do mal como a terceirização das responsabilidades: Eichmann não se via responsável pelo que havia feito, a responsabilidade era de quem havia dado as ordens. Esse processo promove muito desamparo para quem vivencia a violência, pois não se localiza quem é o culpado pela situação. A partir disso, Laura fez um paralelo com as situações de violência na Cracolândia. Ela trouxe o exemplo que, nas situações de violência policial com usuários de drogas, não se localiza o responsável: nem os agentes da polícia, nem o chefe da segurança pública. Ela contou que, dentro do conceito da banalidade do mal, o processo da naturalização de violências passa pela desumanização das vítimas. No Holocausto, por exemplo, houve um processo desqualificação e inferiorização de judeus, homossexuais, negros e ciganos: suas humanidades foram destituídas, até que fosse fácil colocá-los em uma câmara de gás. Segundo Laura, esse processo de desumanização acontece com as pessoas da Cracolândia, em quando a grande mídia coloca essas pessoas em “zumbis”, “bandidos”, “vagabundos”, “drogados”, “endemoniados”, até que se legitime e naturalize a violência contra essas pessoas.

Laura narrou uma cena dos tempos em que ela trabalhava em um CAPS e um usuário solicitou uma vaga em um albergue para passar a noite, mas o horário em que ele pediu já inviabilizava sua permanência, e o CAPS onde ela trabalhava não poderia acolher seu pedido. Então, ela respondeu: “isso não é comigo, é com a prefeitura”. A resposta dele foi: “você nunca resolvem nada” e foi embora bravo. Com essa situação, ela refletiu que ela, enquanto trabalhadora do CAPS, que é vinculado à prefeitura, acabou entrando na lógica da terceirização das responsabilidades. Mesmo que nessa situação ela de fato

não pudesse contribuir, esse usuário estava reclamando, ao utilizar o termo “vocês”, que o serviço público raramente consegue assumir essas responsabilidades ou dar as respostas, pois muitas vezes as terceiriza. Pensando nessa situação, Laura discorreu que possibilidades de romper com a lógica da banalidade do mal é poder. No nível macro, ela apontou a necessidade de acessar as instâncias superiores, mas que há um desafio em que a complexidade está entre a personificação dessas responsabilidades ou responsabilização de uma lógica da violência, que não implica uma pessoa. No nível micro, ela fez provocações para que as pessoas se perguntem: o que cabe a nós? Quem vai resolver esse problema? Como conseguimos assumir alguma responsabilidade? Como não terceirizar a responsabilidade das coisas? Ela também apontou a delicadeza de situações trabalhistas em que o medo de perder o emprego pode levar a situações de submissão, mas afirmou a importância de perceber a dimensão dos atos no trabalho e de decidir não agir em situações de violência. No final de sua fala, Laura trouxe reflexões sobre como sair do campo da submissão e encarar o emprego como um trabalho, no seu sentido original. Ela contou de situações em que foi demitida por classificarem seus atos como militância, quando na verdade ela estava trabalhando. Ela lembrou que a luta antimanicomial, a Redução de Danos e o SUS foram conquistas de lutas que mostraram que, além do mero emprego, há um trabalho, e grande parte do trabalho é se implicar em todas as dimensões dele. Por fim, Laura trouxe outra reflexão de Hannah Arendt, dizendo que aquilo que se opõe a banalidade do mal, à submissão ou à obediência é a política e a ação. Esses princípios, segundo Arendt, estão alinhados com a ética da responsabilidade. Com isso, a discussão foi aberta.

Andrea agradeceu a fala de Laura e disse que a apresentação conversava com a ideia de pânico moral, trabalhada em sua tese. Ela teceu um comentário sobre a indissociabilidade entre o trabalho e a militância, pois faz parte do trabalho a defesa das políticas públicas. Por fim, ainda apontou que de fato as vezes a prefeitura ou o Estado, quando mencionados, eram entes quase imaginários, e por isso difícil de serem devidamente responsabilizados. **Cristiano**, a partir da discussão, lembrou da tentativa de criminalização de coletivos, como A Craco Resiste, e de práticas de redução de danos, afirmando a importância de trabalhos como o de Laura, que além da qualidade dos fundamentos, corria o risco de ser criminalizado. **Laura** discorreu sobre as artimanhas de nomear certas atuações de militância como uma forma de deslegitimar certos trabalhos. Apontou ainda que, quando forçados a cumprir regras, muitos trabalhadores caem em um campo arriscado da banalidade do mal, por ter de obedecer a certas regras dissonantes de valores ou princípios. **Cecília** elogiou o trabalho de Laura, dizendo que sua fala foi muito esclarecedora no que diz respeito à ética e princípios. Ela opinou que um dos maiores problemas na discussão sobre as violências processo de é o maniqueísmo, que acaba olhando de forma reducionista para esse fenômeno. Segundo ela, deve-se atentar a dimensão da humanidade nesses fenômenos, tanto para os usuários de substâncias, quanto aos agentes policiais, e dar novas concepções a eles, como sujeitos de desejo e parte de um processo social. Sobre a banalidade do mal e a responsabilização do Estado, ela ainda apontou que a política sobre drogas é de fato um fenômeno intersecretarial, mas desde que haja essa articulação entre secretarias. **Laura** comentou que a tendência a essa visão dicotômica tem relação com a ideia dessas “entidades quase imaginárias” e seria uma visão simplista. O desafio, segundo ela, era ter um pensamento que abarcasse a complexidade de tudo envolvido contexto, sem deixar de se posicionar. Frente as situações. **Marcos** agradeceu a apresentação de Laura, pois fez pensar sobre o lugar dos trabalhadores da rede de atenção psicossocial e de como eles são convocados à banalidade do cuidado com usuários dentro dos CAPS, pois muitos processos burocráticos impõe os trabalhadores a banalizar o cuidado com os pacientes no cotidiano de trabalho. Ele

lembrou que o que dá base à construção e manutenção da rede de atenção psicossocial é a reforma psiquiátrica, que se aproxima da questão do álcool e outras drogas, e que foi construída a partir dos princípios da garantia de direitos e promoção de cidadania. Segundo Marcos, é um “trabalho de formiga” e uma prática de luta diária. **Laura** comentou sobre os efeitos na saúde dos trabalhadores da RAPS, que diante das adversidades constantes e rotineiras, têm o desafio de manter o estranhamento diante da violência. Segundo ela, quando a violência está o tempo todo presente, o desafio é se manter inconformado diante dela. **Décio** também elogiou a fala de Laura, pois foi uma forma de pensar a complexidade da realidade da política de drogas, da Cracolândia e da violência de uma forma que vai além das dicotomias. Ele acredita ser fundamental colocar as instâncias micro e macro em relação, dizendo que as instâncias superiores são muito abordadas, mas que, nas instâncias micro, em cenas muito explícitas de violência, pode se deduzir que existem instâncias pessoais envolvidas, pois, se a tropa toda agisse como alguns agentes fazem, haveria um massacre, lembrando de práticas policiais que beiram a tortura. Décio apontou que a dimensão micro da violência é bastante preocupante, questionando as motivações de alguma pessoa a exercer tais práticas. Ele comentou que a tecnocracia não tem bases na ética humana, pois a obrigação ética é de se posicionar por direitos humanos, por valores e princípios colocados em textos como a Constituição ou alguns tratados e a ética do trabalho deve ser perseguida, sendo uma ação política. **Felipe** comentou que escutar Laura foi uma provocação para incluir na discussão da política sobre drogas, além das diretrizes, normativas e documentos oficiais, as práticas cotidianas. Ele disse que é a atuação do trabalhador da ponta que sustenta as políticas. **Laura** comentou da importância de manter a tensão entre as instâncias micro e macro, pois a complexidade das questões envolve ambas. A discussão não se esgota só nas práticas cotidianas dos trabalhadores de ponta, nem só nas instâncias superiores de gestão das políticas: ela estaria o tempo todo nesses lugares. Ela ainda apontou que essa discussão não visava uma sobrecarga para o trabalhador, no sentido de dar conta de todas as problemáticas, mas apontar a importância dos trabalhadores se implicarem nas questões postas no cotidiano de trabalho. Ela lembrou, por exemplo, que muitas vezes os trabalhadores vão, junto com usuários dos equipamentos de saúde, tensionar as instâncias superiores. Por fim, ela citou o movimento da reforma psiquiátrica no Brasil, quando usuários, trabalhadores e familiares participaram conjuntamente desse movimento social e construíram coletivamente essa discussão. Com isso, Laura agradeceu o convite e se mostrou feliz pelas reverberações de sua apresentação na discussão. **Décio** a agradeceu e a convidou para vir em futuras discussões no COMUDA. Com isso, **Laura** se despediu.

Na sequência, foi compartilhado um informe por **Cristiano**. Ele contou do lançamento, pela plataforma Justa, de duas campanhas ligadas às políticas de drogas. A primeira dela foi uma série de vídeos, chamada DRDR, que tinha como tema o diálogo entre saúde e justiça, com foco em promotores e juízes de direito, apresentada pela psiquiatra Débora Medeiros. O outro lançamento, que foi feito em parceria com a Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas, a Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas e a Ponte Jornalismo, diz respeito a uma série de animações chamada *Justiça e Guerra às Drogas*, que problematiza algumas abordagens sobre a questão das drogas.

Com isso, o ponto de pauta seguinte foi sobre a avaliação do evento de lançamento do Relatório da 7ª COMPAD. **Décio** elogiou os convidados, dizendo que suas falas foram espetaculares. Ele apontou que o evento foi uma aula, pois todas as falas continham fundamentos para se pensar sobre a política sobre drogas. Resgatou a fala de Tykanori sobre a relevância das questões sociais como estruturantes da organização psíquica e da importância de se pensar nos sujeitos como históricos. Assim, elogiou a forma como

elementos reflexivos de base científica estavam auxiliando os processos de discussão do COMUDA, assim como havia sido na apresentação de Laura. **Jorge Artur** pensou em utilizar pedagogicamente essa gravação para potencializar discussão. **Márcia** comentou que alguns membros da SME se interessaram pela discussão do evento. Ela disse que gostaria de compartilhar o material gravado para trabalhar com alguns professores da rede municipal. Ela disse que Nathan, que trabalhou no Ministério da Saúde e hoje presta assessoria à SME, tinha interesse em trabalhar com esse material em rodas de conversa com professores e alunos, na linha da prevenção. Havia um projeto piloto na DRE Santo Amaro com cinco escolas da região que trabalhariam com isso.

Por fim, **Cristiano** falou sobre o PLANAD (Plano Nacional de Políticas sobre Drogas). Contou que houve um movimento no âmbito federal para esvaziar o CONAD de representações da sociedade civil, reduzindo drasticamente as discussões e a participação social. O PLANAD estava realizando uma consulta pública para aprovar um plano, que não envolveu a discussão com a sociedade civil, com conselhos municipais ou estaduais, e sequer promoveu uma conferência nacional. A AOB estava realizando um abaixo-assinado para que o processo fosse repensado, uma vez que o prazo de 30 dias da consulta pública era muito curto, dada a complexidade e densidade da questão, e para que pudesse haver envolvimento de instâncias como os conselhos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil e pessoas envolvidas nesse debate. Cristiano contou que seria uma espécie de plano estratégico de diretrizes para políticas de drogas para os 5 anos seguintes, por isso seria mais tempo para discutir esse processo. **Vera** comentou que, no CONED, havia uma movimentação com presidentes de outros conselhos estaduais para organizar um documento solicitando a prorrogação desse prazo, uma vez não houve participação da sociedade civil, muito menos CONED, sendo um projeto que “veio de cima para baixo”. **Jorge Artur** disse que poderia aproveitar o momento da união dos conselhos para trocar informações pertinentes, uma vez que não houve a avaliação último plano. **Décio** lembrou de um GT do CONED sobre políticas públicas, cuja discussão foi estendida a outros conselhos estaduais. Estava sendo elaborado um documento sobre a falta de participação social. **Vera** disse que, assim que o documento ficasse pronto, compartilharia com os conselheiros.

Antes de finalizar a reunião, **Alcione** lembrou que havia um feriado na primeira terça-feira de novembro. Assim, a reunião seguinte ficou marcada para o dia 9 de novembro.